

Ata da 8ª Reunião do Conselho Municipal de Política Cultural

Aos 17 dias de maio de 2016, às 17h, no Teatro Gregório de Mattos, equipamento administrado pela Fundação Gregório de Mattos - FGM, realizou-se a oitava reunião do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC, cuja pauta continha os seguintes itens: 1) Informes: Calendário da Eleição Suplementar do CMPC; 2) Atribuições e Responsabilidades dos Conselheiros/as; 3) Discussão do Título V da Minuta do Projeto de Lei do PDDU; 4) O que ocorrer. Estiveram presentes os/as Conselheiros/as Titulares Adriana Campelo Santana (SEDES); Angelice Batista dos Santos (Barra/Pituba-Itapuã/Ipitanga); Candidaluz Liberato (Audiovisual); Eucimar Freitas de Oliveira (Liberdade/São Caetano–Centro/Brotas); Fernando Ferreira de Carvalho (FGM); Jadson Santos do Nascimento (Valéria – Cajazeiras) Joceval Rodrigues (Câmara Municipal); Joelice Ramos Braga (SMED); José Augusto Saraiva Peixoto (SECIS); Lindinalva Nila R. Freitas (Cultura Popular); Marisa Santiago de Jesus (SPM); Paulo Hermida Gonzalez (Casa Civil); Rodrigo Cavalcanti (SALTUR); Soiane Gomes Paula (Dança) e Danilo Moura (Culturas Identitárias e Inclusivas). Os/As Conselheiros Suplentes que compareceram foram Maria Paula Fernandes Adinolfi, representando a titular Rita Maria Ventura dos Santos (Patrimônio Material e Imaterial); Flávio José Gomes de Queiroz, representando Joel Luís da Silva Barbosa (UFBA); Fabrício Cumming de Almeida, representando Noélia Pires da Silva (Cidade Baixa – Subúrbio/Ilhas); Dejiária Santiago de Jesus (SEMUR); Emanuel Oliveira Costa (Dança); Silvio Humberto (Câmara Municipal); e os servidores da FGM Gildete Nascimento Ferreira, Plutarco Drummond de Magalhães Neto, Eric Castro e Rebeca Caldas. O presidente Eucimar Freitas iniciou a reunião abrindo a palavra para os conselheiros darem informes. Maria Paula Adinolfi informou a constituição nos dias 29 e 30 de abril do Conselho Gestor da Salvaguarda da Capoeira na Bahia, fruto de três anos de seminários territoriais, e a construção do Plano de Salvaguarda da Capoeira no Estado da Bahia, que contou com a contribuição de cerca de 250 capoeiristas. O presidente informou que a sede regional do MinC em Salvador está sendo ocupada pelos agentes da cultura em protesto à extinção do MinC pelo Presidente em Exercício, Michel Temer, e convidou os conselheiros a apoiarem o ato. Em seguida, disse que foi construída uma sugestão de texto para Moção de Repúdio à Extinção do MinC, previamente enviada por e-mail para os conselheiros, que recebeu contribuições de Fernando Guerreiro, e deveria ser lida no pleno. Danilo Moura destacou que o texto é longo e que deveria ser feita uma apresentação breve e ser criada uma comissão para aprovar o texto, visto que não estava previsto na pauta. O presidente alertou para a relevância do tempo, visto que o documento poderia perder a importância política e leu o texto para os presentes. Houve discussões sobre alguns aspectos do texto, como o termo que titula o vice-presidente, agora presidente em exercício; a necessidade de destacar

instrumentos e instituições importantes do MinC que significam avanços na área da cultura, como o IBRAM, IPHAN, bibliotecas, a Lei Cultura Viva, o Vale Cultura, o Conselho Nacional de Política Cultural, entre outros; a utilização do termo Repúdio para intitular o documento. Foi submetido à votação se o documento deveria ser enviado ou não ao Presidente em Exercício, sendo que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o pleno votou a nomenclatura da Moção, se deveria ser de Repúdio ou de Desagravo. O termo Repúdio recebeu 13 votos contra 1 voto pelo termo Desagravo e 1 abstenção. Ficou decidido também que deveria ser recuperado no texto o parágrafo que havia sido retirado na atualização de Fernando Guerreiro, que destacava os prejuízos com a extinção do MinC, levando ao lugar de invisibilidade um conjunto de políticas culturais e de cidadania voltadas às artes, folclore, patrimônio histórico, arqueológico e artístico-cultural do país, através de uma rede de institutos, como o IPHAN, Cinemateca Brasileira, Funarte, IBRAM e a Fundação Palmares, a Lei Cultura Viva, os Pontos de Cultura, o Vale Cultura, Indústria do Audiovisual, os Colegiados Setoriais, o Conselho Nacional de Políticas Culturais, o Plano Nacional de Cultura, entre outras ações e políticas. Depois, Plutarco Drummond, da Assessoria de Gestão da FGM, apresentou o calendário da eleição suplementar do CMPC para suprir as vacâncias das vagas de representantes da sociedade civil (Titular e Suplente: Circo; Suplentes: Artes Visuais, Barra-Pituba/Itapuã-Ipitanga, Cabula-Tancredo Neves/Pau da Lima e Valéria-Cajazeiras), que foi sugerido pela comissão eleitoral do CMPC e autorizada pela Coordenação Colegiada, visto que esta foi instituída pelo Conselho para acompanhar o processo eleitoral. O técnico da FGM salientou que a eleição suplementar não vai considerar novo cadastramento, posto que o processo eleitoral dá prosseguimento à eleição inicial, e só poderá votar e ser votado quem já se cadastrou como eleitor no processo inicial de eleições do conselho. Acrescentou que a eleição será regida pelo Regimento Eleitoral do CMPC e será realizada por meio do Sistema Online de Cadastramento e Votação. O calendário se iniciou no dia 16 de maio, quando foi aberto o cadastramento dos interessados a se candidatar para ocupar as vagas em vacância; a validação das candidaturas vai ocorrer entre 26 de maio e 1 de junho; a publicação dos cadastrados no dia 2 de junho; os que quiserem recorrer terão três dias úteis para fazê-lo; a FGM terá que responder os recursos até o dia 8 de junho; a publicação oficial do resultado final das candidaturas será feita no dia 9 de junho; a campanha eleitoral segue entre os dias 9 e 18 de junho; a votação no Sistema Online de Votação acontece entre os dias 19 e 28 de junho; a apuração entre os dias 29 de junho e 04 de julho; o resultado da apuração será publicado no dia 05 de julho; os candidatos poderão recorrer entre os dias 05 e 07 de julho; o prazo de resposta aos recursos se dará entre os dias 08 e 11 de julho e no dia 12 de julho serão publicados os nomes dos novos conselheiros aptos a serem nomeados para integrar o Conselho. Em seguida, Plutarco mostrou dados estatísticos referentes ao número de cadastrados no sistema online e incentivou aos

conselheiros, sobretudo os que representam titularidade nas vagas em vacância, para contribuírem com a mobilização dos eleitores cadastrados a participarem do processo. Informou que todos os eleitores cadastrados foram informados por e-mail e o processo eleitoral foi divulgado no *blog* e *fan page* do CMPC e da FGM. Em seguida, Lucia Leiro recebeu a palavra. Ela informou que foi realizada a eleição do Conselho Nacional de Políticas Culturais e ela foi eleita a articuladora do Nordeste no Setorial de Moda, que ainda precisa ser reconhecida enquanto Cultura, visto que há uma concepção de Moda muito pautada no glamour e nas *fashion weeks*. Lucia Leiro destacou que trabalha com o conceito de Moda Sustentável, e na Bahia atua junto aos blocos afro. Informou também que recentemente foi aprovado o Plano Nacional de Cultura, sendo que o Plano Setorial de Moda também foi aprovado, e ressaltou que a extinção do MinC e do Conselho Nacional de Política Cultural não vai extinguir a Cultura. Ela destacou que a sua participação na reunião tinha o objetivo de interagir com os conselheiros e ver de que modo poderiam construir algumas coisas. Ela citou alguns eixos que foram destacados no Plano Setorial de Moda, que são 1) Memória – reconhecimento de memória da Moda Brasileira, dos saberes e fazeres tradicionais, preservação, conservação e dinamização, considerando a diversidade cultural; 2) Educação voltada para a cultura e a moda – criar e estimular a produção do conhecimento e a criação de cursos de graduação nas universidades públicas; 3) Produção, promoção e difusão – qualificação e fortalecimento de vínculos entre os agentes de criação, produção e serviços de moda, buscando a convergência e sinergia criativa, cultural, produtiva e comercial, objetivando o fortalecimento regional sustentável dos negócios de moda; 4) Fomento – sistematizar canais de recursos para o setor de moda, sensibilizar a formação de redes apoiadoras e 5) Institucionalização – necessidade de avançar na identificação e implementação de um sistema nacional de Moda Brasileira. A conselheira agradeceu a oportunidade e finalizou sua fala. O presidente agradeceu a participação de Lucia Leiro e informou que o CMPC possui seis comissões temáticas sendo que, baseado na explanação da conselheira nacional, a Moda transversaliza o objetivo de todas elas. Ressaltou a também importância de se construir uma parceria entre o CMPC e a conselheira, o que irá possibilitar ao Conselho discutir debates de âmbito nacional na área de Moda. Paulo Hermida sugeriu ao CMPC a produção de uma Moção de Pesar por conta do falecimento de Sante Scaldaferri, um artista de grande importância para a Bahia. O presidente lembrou que a Moção deve ser elaborada pelo proponente, para posterior aprovação do pleno, que pode ser aprovada pelos conselheiros através de e-mail e depois encaminhada pelo CMPC. Em seguida, o presidente disponibilizou cinco minutos para Reinaldo, representante da Liga de Samba Junino da Bahia. Danilo Moura registrou que a participação não foi prevista e pediu que a pauta fosse respeitada. Nonato Sanskey pediu desculpas e informou que foi enviado ofício previamente, Reinaldo apresentou os representantes de grupos de Samba Junino de diferentes bairros presentes na

reunião. Reinaldo contou um pouco a sua história, com vinte anos de capoeira e trinta anos de samba junino e samba. Ressaltou também que cresceu no bairro do Engenho Velho da Federação e andou em bairros, como Federação, Alto das Pombas e Binóculo, lugares onde teve suas experiências musicais e construíram um legado de cultura, história e música através da Liga de Samba Junino, o maior grupo de samba da Bahia, e muito importante nos festejos de São João, que vem tentando profissionalizar os grupos e dar esperança musical e cultural aos artistas oriundos de comunidades carentes. Solicitou mais espaço para falar da importância e consistência do trabalho. Nonato pediu orientações para solicitar um ponto de pauta na reunião ordinária do Conselho e agradeceu o espaço. Fernando Guerreiro assumiu a responsabilidade de inserir os representantes do Samba Junino na reunião e informou a sua preocupação em inserir a manifestação nas políticas culturais do Município, pois ela sempre foi um movimento cultural genuíno de Salvador e acrescentou que a FGM vai fazer o registro do Samba Junino como Patrimônio Cultural da Cidade. Ele informou que em junho o Boca de Brasa vai começar as atividades deste ano e na ocasião vai iniciar o processo de registro da manifestação cultural. O gestor acrescentou que o Samba Junino pode ser uma bandeira da Prefeitura no período das Festas Juninas e que esse movimento é organizado, do qual saíram vários artistas importantes da cidade. Depois, Eric Castro informou a mudança do endereço do blog do CMPC, agora www.cmpc.salvador.ba.gov.br, e o presidente reforçou a importância de divulgação do *blog* para a sociedade. Em seguida, o presidente falou sobre as Atribuições e Responsabilidades dos Conselheiros, destacando a importância dos desdobramentos das atividades, encaminhamentos, demandas, documentos recebidos, enfim todas as atividades que dizem respeito ao funcionamento do Conselho. Salientou que a atuação dos conselheiros não se resume apenas à participação nas reuniões ordinárias, que são ocasiões em que se definem as tarefas, avalia-se o que foi feito e em seguida volta-se para os espaços de militância para dar conta das tarefas. Ressaltou a construção do Regimento Interno e a criação das comissões que possibilitaram que os Conselheiros adequassem as tarefas das suas representações, dando encaminhamento às demandas que chegassem ao Conselho. O presidente destacou que algumas comissões já tem demandas para responder, que são as permanentes de Patrimônio Cultural e Arquitetura, a de Cultura Popular e Identitária e a de Artes, e a comissão provisória do Plano Municipal de Cultura. Ele salientou que os conselheiros decidiram compor o CMPC para disponibilizar tempo e expertise em favor da política cultural de Salvador e teme que o CMPC não tenha condições de responder às demandas da sociedade civil de que se comprometeu, ou pelo menos deliberar sobre, visto que ele tem a atribuição de controle social e as competências jurídica e administrativa para executar as ações são do poder público. O presidente lembrou que tem questões que já duram 60 dias e que as comissões não deram retorno, a exemplo da solicitação feita por Pedro Abib, de nomeação do

circuito de Carnaval do Santo Antônio e a construção de um busto em homenagem ao Mestre João Pequeno de Pastinha, que ficou a cargo da comissão de Cultura Popular e Identitária, que ainda não levou ao pleno nenhum parecer sobre a atividade. Danilo Moura chamou atenção para a inserção da solicitação da Quadrilha Junina em duas comissões, a de Cultura Popular e Identitária e a de Artes. Ele sugeriu que a demanda vá para a comissão de Artes e depois retorne para a de Cultura Popular e Identitária, se necessário. Ele pediu que a secretaria desenvolva um mecanismo de informe quando forem enviados ofícios com demandas da sociedade civil para as comissões, que pode ser em formato de Circular, enviado por e-mail e confirmado o recebimento por telefone. Danilo informou que, em relação à demanda sobre a homenagem ao Mestre João Pequeno de Pastinha, a Comissão de Cultura Popular e Identitária iniciou a sua avaliação mediante as solicitações dispostas no documento que foi enviado inicialmente. No entanto, o CMPC, em reunião ordinária, passou outras atribuições para a comissão, sendo que já foi feito um primeiro contato com a associação de moradores do bairro, dois mestres de capoeira que atuam no Forte da Capoeira, faltando marcar mais uma reunião com todos para fechar a discussão. Ele acrescentou que, como aumentou o número de pessoas, a comissão tem tido mais dificuldade de adequar as agendas de todos. Danilo considerou de fundamental importância que as comissões tenham um funcionamento regular, mesmo que não tenham uma pauta específica, em que o Conselheiro dedicaria pelo menos dois dias em cada mês para o Conselho: o da reunião ordinária e o da reunião da Comissão. Sugeriu que seja estabelecido um teto de demandas por comissão e não para o Conselho. Jadson informou que está disponível todos os dias da semana para se reunir com a Comissão de Artes, a partir das 17h. O presidente respondeu que a preocupação é que as comissões informem quais são os dias que irão se reunir em cada mês e que informem quem são os coordenadores e secretários. Joelice Braga expressou preocupação com o funcionamento pleno das comissões e sugeriu que ao invés de cada comissão ser responsável pela definição de seu cronograma, o Conselho traga a responsabilidade para si. Propôs que o CMPC atue de forma semelhante ao Conselho Estadual de Educação, em que o dia de trabalho é dividido entre a reunião plenária e a reunião das comissões. Lembrou que a Comissão de Formação Cultural ainda não está completa, tendo como integrantes ela e o presidente do CMPC, o que impossibilita o início das atividades. Rodrigo Cavalcanti lembrou que faz parte da Comissão da Economia da Cultura e destacou que a comissão também poderia tratar do Samba Junino, analisar os impactos econômicos que a manifestação cultural causa, quantos empregos são gerados, quantas pessoas são alcançadas. Ele salientou que as comissões não conversam entre si e que no caso do Samba Junino, as avaliações de cunho econômico podem endossar o relatório gerado pela Comissão de Cultura Popular e Identitária. O presidente acrescentou que o relatório sobre as quadrilhas vai precisar dessa análise também e reforçou que as comissões

precisam se reunir para definir o coordenador, o secretário e o calendário das reuniões. Perguntou sobre a atuação da Comissão Temporária do Plano Municipal de Cultura, que foi encarregada de interagir com a FGM e a Ufba no processo de construção do Plano, bem como acompanhar a implantação do Mapeamento Cultural. Paulo Hermida respondeu que vem trabalhando com a licitação que vai definir a empresa que vai construir o Plano. Informou que conversou com a Casa Civil sobre a destinação de recursos para que o Plano seja feito na sua integralidade, e não com as etapas divididas como havia sido proposto anteriormente, sendo que os recursos já foram assegurados. Ele disse que foi feita a suplementação no orçamento da FGM para a execução do trabalho e destacou que o Termo de Referência deve ser refeito, contemplando todas as etapas do Plano e não apenas o Diagnóstico como havia sido feito. Questionou sobre a atuação da comissão junto à implantação do Mapeamento Cultural. Gildete Ferreira respondeu que o Conselho deve aproveitar o processo de construção do Plano junto à sociedade civil para mobilizar a alimentação do Mapeamento Cultural. Em seguida, a assessora de gestão da FGM falou sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador (PDDU), ressaltando que ele foi discutido com a sociedade civil desde o início do ano passado, sendo que o CMPC não participou de nenhum momento, e agora há a possibilidade de os vereadores sugerirem uma emenda parlamentar contendo propostas do Conselho depois da análise do documento, que está sendo feita na Câmara Municipal. Joceval Rodrigues sugeriu que seja feita nova reunião sobre o PDDU, visto que só faltavam trinta minutos para o término da reunião, e o Relatório Final do PDDU foi apresentado no dia anterior contendo as contribuições da sociedade civil e as emendas dos vereadores, logo ele teria que se reunir com a comissão da Câmara para saber de que forma poderia inserir contribuições do Conselho. Ele alertou que o prazo para emendas já se esgotou, sendo que foram realizadas um total de dezesseis audiências públicas, das quais duas trataram da Cultura. Acrescentou que o Ministério Público recomendou à Câmara que não seja apresentada emenda de vereadores no plenário no momento de votação. Silvio Humberto complementou que foi apresentado no dia anterior uma parte do relatório (16), sendo que na segunda-feira (23) seguinte o vereador Leo Prates deveria apresentar a segunda parte e conclusão do documento no Centro de Cultura da Câmara. Destacou que cabe ouvir as sugestões do Conselho, pois as votações estão previstas para acontecer no início de junho. Ressaltou que é necessário saber as informações que estão contidas no relatório. Joceval sugeriu a criação de uma comissão no Conselho para acompanhar a apresentação do relatório na segunda-feira, no que diz respeito ao Título V, que trata da Cultura, e se despediu, por conta de outro compromisso. O presidente informou que o Conselho não recebeu convite formal para participar das audiências públicas do PDDU e que por isso o tema não foi debatido nas reuniões do órgão, contudo era necessário pensar uma maneira de o CMPC poder contribuir com a formulação do PDDU. Em seguida, perguntou a Silvio

Humberto se na reunião da segunda-feira seguinte era possível o Conselho dar alguma contribuição ao documento. Silvio Humberto respondeu que depois da apresentação do relatório, ele será analisado pela comissão e que o Conselho pode sugerir emendas diferentes das que forem apresentadas, no entanto, não se tem garantia de que serão aceitas, considerando a falta de correlação de forças. Acrescentou que o relatório apresenta a visão do relator, o que ele acatou ou não das emendas. Explicou que após a avaliação da comissão, o texto segue para o Presidente da Casa, que vai submeter à votação, o que deve acontecer em junho. Saraiva informou que será realizada uma audiência sobre o PDDU com o Conselho da Cidade no dia 30 de maio. No entanto, não será possível o CMPC sugerir emendas. O presidente disse que se for criada a comissão do CMPC para acompanhar o relatório do PDDU, era necessário definir as suas tarefas. Silvio Humberto sugeriu que o CMPC encaminhe as propostas para o Conselho da Cidade no dia 30, pois vai ter uma nova discussão sobre o documento, e também para cada um dos vereadores, mas reforçou que o relatório já está pronto. Maria Paula Adinolfi alertou que o CMPC deve ter cuidado, pois pode estar criando uma falsa aparência de que pode contribuir no processo. Paulo Hermida informou que a Fundação Mário Leal Ferreira realizou diversos encontros, além das audiências públicas, para discutir o PDDU. Considerou o Título V muito genérico, o que pode ser consequência da falta de elementos para embasar proposições mais específicas. Ele fez uma provocação a Silvio Humberto, lembrando que em uma reunião anterior ele trouxe ao pleno uma ideia muito interessante, que foi tratar a cultura como elemento estratégico no ponto de vista da economia da cidade de Salvador, e isso não é uma coisa que qualquer cidade pode realizar. Ele complementou dizendo que sente falta desse ponto no Título V e perguntou ao vereador se é possível incorporar o Plano Municipal de Cultura, quando estiver pronto, ao Título V do PDDU. Silvio Humberto disse que a Economia da Cultura é um tema para se pensar. Destacou que não foi construído um diálogo entre a Cultura e o eixo de Desenvolvimento Econômico, da mesma forma que acontece com a educação, sendo que seria muito importante, visto que Salvador tem uma economia baseada nos serviços. Ele informou que uma das críticas feitas pelos especialistas à consultoria Fipe, contratada para construir o PDDU, é a falta da utilização de documentos para embasar as diretrizes, sendo que no caso da cultura seria o Plano Municipal de Cultura, e disse que em muitas áreas foi feita a reprodução do texto do PDDU anterior. Ele acrescentou que pode verificar se o PMC pode ser inserido no texto do PDDU, mas salientou que o documento deveria estar embasando o texto do documento. O presidente acrescentou que o Plano Municipal de Cultura ainda não existe. Danilo Moura comparou a construção do PDDU com a do Plano Municipal de Cultura, visto que se trata de um documento técnico, mas extremamente político. Considerou que a Prefeitura cometeu uma falha que pode se repetir na construção do PMC, que é a de tratar a contratação de consultoria como o centro da ação e, baseado no exemplo do PDDU, esse formato levou a esse

documento. Sugeriu então que, no momento oportuno, em que a comissão for discutir a contratação da consultoria para tratar do Plano, inverter a lógica. Ou seja, primeiro, estabelecer o formato da construção política e toda a engrenagem, sendo depois sistematizada pela consultoria. Considerou o formato do PDDU ilegítimo, visto que foi construído por meio de um processo muito duro, com críticas do movimento social, sendo que este foi calado em vários momentos, o que é muito ruim, considerando-se que estamos em uma democracia. Sugeriu que seja feita uma leitura do relatório do PDDU e em seguida o CMPC emitir uma posição. Fernando Guerreiro ressaltou que é importante que os Conselheiros leiam o Título V do PDDU, visto que o pleno estava discutindo um texto que quase ninguém leu. Concordou que seja feita uma comissão que discuta o que pode ser feito em relação ao trecho e acrescentou que não acha que o texto esteja tão fora da realidade como estava sendo dito. Gildete Ferreira complementou que o texto foi revisto na época em que estava em discussão com a Prefeitura e já recebeu algumas contribuições, não constituindo uma reprodução exata do texto do PDDU anterior. Ela informou que compareceu à audiência realizada no dia anterior (16), em que o vereador Leo Prates apresentou a primeira parte do relatório, e que o edil se comprometeu em disponibilizar o relatório até o dia seguinte à reunião (18). Ela destacou que o vereador apresentou o calendário, sendo que no dia 23 seria apresentada a segunda parte do relatório com as emendas, no dia 30 seria realizada a reunião com o Conselho da Cidade, e provavelmente no dia 6 de junho o documento seria submetido à votação na plenária da Câmara. O presidente propôs que a Comissão do Plano Municipal de Cultura trouxesse para si a responsabilidade de discutir o Título V do PDDU. Silvio Humberto sugeriu que a comissão, após ler o texto do Título V, fosse à apresentação da segunda parte do relatório, no dia 23, fizesse uma avaliação do que fosse apresentado, e somente depois emitisse parecer do CMPC apresentando novas sugestões de emendas ao Conselho da Cidade e aos vereadores. Saraiva lembrou que estamos em processo democrático, e que pode ser apresentada proposta de emenda pelo CMPC ou por vereador aos outros vereadores até o dia 3 de junho. Concordou com Fernando Guerreiro quanto à construção do texto, que já deve reunir grande parte das necessidades da área cultural da cidade, e lembrou que o texto é revisado a cada cinco anos. O presidente deu o encaminhamento de que os conselheiros deveriam ler o Título V do PDDU até o dia 23, comparecer à audiência de apresentação da segunda parte do relatório final do documento, das 8h30 às 13h, em seguida, os conselheiros deveriam enviar para a Comissão do Plano Municipal de Cultura as contribuições, a qual deveria fazer um relatório do CMPC e encaminhá-lo aos vereadores antes do dia 30. Silvio Humberto sugeriu que as contribuições fossem encaminhadas até o dia 27. Paulo Hermida alertou que nem todos os conselheiros teriam a possibilidade de disponibilizar uma manhã inteira para ir à audiência e sugeriu que o presidente fosse ao evento, solicitasse ao relator o parecer final e enviasse a todos os Conselheiros, por meio da internet. Os



Conselheiros deveriam então fazer as suas análises e enviar suas contribuições à comissão. Silvio Humberto informou que o processo de construção do PDDU contou com participação, mas não necessariamente foi participativo, visto que o horário estabelecido foi fixo, impossibilitando a participação mais efetiva da sociedade civil. Terminadas as discussões sobre o PDDU, os Conselheiros confirmaram a data da próxima reunião do CMPC, que será realizada no dia 14 de junho, no Teatro Gregório de Mattos. Sem mais da pauta a ser discutida na reunião, lavrou-se a presente Ata, que será assinada por mim e pelos demais membros presentes do Conselho Municipal de Política Cultural de Salvador, Biênio 2015/2016.

Salvador, 8 de junho de 2016.